MÉTODO OPERACIONAL PADRONIZADO	CÓDIGO DO PROCESSO Proad 29.274/2018
	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

1. OBJETIVO DO PROCESSO

O processo tem como objetivo a concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade ao servidor, cujas atividades, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e/ou biológicos, prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, consoante os critérios estabelecidos notadamente na Constituição Federal; Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e 8270, de 17 de dezembro de 1991, Decreto-Lei n. 5452, de 01 de maio de 1943 e Orientação Normativa SEGEP n. 04, de 14 de fevereiro de 2017, sem prejuízo de demais parâmetros fixados em legislações correlatas e superiores, se houver.

2. GESTOR DO PROCESSO

Chefe da Divisão de Legislação de Pessoal

3. ÁREA RESPONSÁVEL

Divisão de Legislação de Pessoal

4. REFERÊNCIAS

Constituição Federal: art. 7º, inciso XXIII.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990: art. 68, caput e §§1º e 2º.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

Lei n. 8270, de 17 de dezembro de 1991: art. 12, caput e incisos I e II e §§ 1º, 2º e 3º.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8270.htm

Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999: art. 40. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm

Decreto nº 5452, de 01 de maio de 1943: arts. 189, 192, 194 e 195.

Disponível em: [Del5452compilado \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5452compilado.htm)

Orientação Normativa SEGEP n. 04, de 14 de julho de 2017: arts. 10 e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e 11 e 12.

Disponível em: [Orientação Normativa SEGEP Nº 4 DE 14/02/2017 - Federal - LegisWeb](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm)

5. GLOSSÁRIO / SIGLAS UTILIZADAS

SGEP – Secretaria de Gestão de Pessoas

DLP – Divisão de Legislação de Pessoal

SçAACS- Seção de Atendimento, Administração e Cadastro de Servidores

DPP – Divisão de Pagamento de Pessoal

AAP- Assessoria Administrativa da Presidência

PROAD – Processo Administrativo Eletrônico.

CAS- Coordenadoria de Assistência à Saúde.

SçPSQVST- Seção de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho

LTCAT- Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho

6. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

Computadores e afins

E-mail

Acesso ao google workspace

Sistema RH

Sistema SIGEP

Sistema FOLHAWEB

Sistema PROAD

Sistema SAU

Sistema E-PESSOAL

7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCESSO

Atividade 1 – Protocolar requerimento
Objetivo: Requerer o adicional de insalubridade ou periculosidade, decorrente de exposição a agentes prejudiciais à saúde.
Responsável: servidor
Entrada: Preencher o requerimento disponível na intranet, solicitando a concessão do adicional pretendido.
Saída: Requerimento protocolado via Proad.
Tarefas: a) Preencher o requerimento relativo à concessão de adicional de insalubridade/periculosidade, conforme requerimento padrão disponível no Portal da Intranet do TRT 14, acessível através do login do usuário, clicando-se em requerimentos→ adicional de insalubridade e periculosidade, devendo assinalar o adicional pretendido. b) Protocolar o requerimento, via PROAD.

Atividade 2 – Iniciar Instrução

Objetivo: Verificar se a petição apresentada encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio.

Responsável: DLP.

Entrada: Proad protocolado.

Saída: Instrução iniciada.

Tarefas:

- a) Acessar o Sistema PROAD.
- b) Clicar no número do Proad protocolado.
- c) Assumir o Proad.
- d) Acessar drive da Divisão, para preparar elaboração de informação e posterior parecer.

Atividade 3 – Elaborar Informação

Objetivo: Solicitar à CAS, via SçPSQVST, que informe se o setor onde o requerente exerce suas atividades, na forma presencial, apresenta condições de insalubridade ou periculosidade, juntando ao Processo, outrossim, o LTCAT e demais laudos e documentos correspondentes, se houver.

Responsável: DLP.

Entrada: Instrução iniciada.

Saída: Informação elaborada.

Tarefas:

- a) Elaborar informação, a fim de solicitar à CAS, via SçPSQVST, que informe se a unidade em que a parte requerente desenvolve suas atividades apresenta condições de insalubridade e/ou periculosidade.
- b) Indicar na informação que a SçPSQVST, ademais, anexe ao processo Proad, além da Informação requerida, o Laudo LTCAT atualizado, o qual possa demonstrar ou comprovar a provável condição de insalubridade ou periculosidade, assim como demais laudos e documentos correspondentes, se houver;
- c) Juntar a Informação no Proad e
- d) Encaminhar o Proad para a CAS, via SçPSQVST.

Atividade 4 – Juntar Informações e Laudos

Objetivo: Demonstrar as condições ambientais de trabalho da parte interessada.

Responsável: SçPSQVST.

Entrada: Proad recebido.

Saída: Informação, LTCAT e demais laudos e documentos juntados.

Tarefas:

- a) Assumir o processo no Sistema Proad.
- b) Juntar neste a Informação, o LTCAT e demais laudos e documentos, conforme solicitado na informação elaborada pela DLP, na atividade anterior, sem prejuízo de outras medidas administrativas pertinentes ao caso concreto.
- c) Encaminhar os autos à DLP.

Atividade 5 – Receber documentação

Objetivo: Prosseguir com a instrução do feito.

Responsável: DLP.

Entrada: informação, LTCAT e demais laudos e documentos juntados.

Saída: documentos recebidos.

Tarefas:

- a) Assumir o processo no Sistema Proad.
- b) Verificar se a informação e os laudos juntados pela SçPSQVST estão de acordo com aqueles solicitados na informação elaborada na atividade 3.
 - b.1) Em caso afirmativo, prosseguir para a atividade 6 e, em caso negativo, repetir o procedimento da atividade 3 e 4.

Atividade 6 – Emitir Parecer

Objetivo: Emitir parecer acerca do pedido do adicional pleiteado na atividade 1.

Responsável: DLP.

Entrada: informação, documentos e laudos recebidos, sem pendência.

Saída: Parecer emitido.

Tarefas:

a) Elaborar o Parecer de acordo com os seguintes regramentos, sem prejuízo de acréscimo de normas específicas, apropriadas ao caso:

a.1). Constituição Federal: art. 7º, inciso XXIII.

a.2). Lei n. 8112, de 11 de dezembro de 1990: art. 68, caput e §§1º e 2º.

a.3) Lei n. 8270, de 17 de dezembro de 1991. art. 12, caput e incisos I e II e §§ 1º, 2º e 3º.

a.4) Decreto nº 5452, de 01 de maio de 1943: arts. 189, 192, 194 e 195 e

a.5) Orientação Normativa SEGEP n. 04, de 14 de julho de 2017. Arts. 10 e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e 11 e 12.

b) discorrer no parecer, sem prejuízo de análise de outros fatos:

b.1) se o interessado labora em local insalubre ou perigoso;

b.2) se a atividade exercida pelo requerente o coloca em contato com agentes insalubres ou perigosos;

b.3) agente nocivo o qual o interessado está sujeito;

b.4) grau de nocividade que está exposto: mínimo, médio ou máximo e

b.5) percentual que entende devido, em razão do grau de exposição: 10%, 20% ou 40%, se o local for insalubre ou 30%, se for perigoso;

c) Juntar o Parecer no Proad, sugerindo deferimento ou indeferimento e

d) Encaminhar o feito para o AAP.

Atividade 7– Elaborar minuta de despacho

Objetivo: Analisar o pedido de concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade.

Responsável: AAP.

Entrada: Parecer emitido.

Saída: Minuta de despacho elaborada.

Tarefas:

a) Analisar a conformidade legal do Parecer emitido pela DLP, na atividade 6.

b) Elaborar minuta de despacho e

c) Encaminhar a Minuta para deliberação da Presidência.

Atividade 8– Emitir Despacho

Objetivo: Deliberar acerca do pedido de concessão de adicional de insalubridade ou

periculosidade.
Responsável: Presidência.
Entrada: Minuta de Despacho elaborada pela AAP.
Saída: Despacho emitido.
Tarefas: a) Deliberar a respeito do pedido de concessão de adicional de insalubridade ou periculosidade formulado. a.1) Despacho favorável: Prosseguir com as Atividades 13 a 19. a.2) Despacho desfavorável: Prosseguir com as atividades 9 e 19.

Atividade 9– Dar ciência
Objetivo: Dar ciência a respeito do indeferimento do pleito.
Responsável: SçAACS.
Entrada: despacho emitido com decisão desfavorável.
Saída: requerente ciente.
Tarefas: a) Informar ao interessado, via Proad, e-mail, telefone ou qualquer outro meio de comunicação, preferencialmente via Proad, sobre o indeferimento do pleito. b) Após a ciência, certificar no PROAD que o beneficiário foi cientificado. c) Proceder para a atividade de arquivamento, qual seja, atividade 19.

Atividade 10– Registrar concessão do adicional
Objetivo: Registrar, nos assentamentos funcionais do servidor, a concessão do adicional .
Responsável: SçAACS.
Entrada: despacho favorável emitido.
Saída: Registro do adicional efetivado.
Tarefas: a) Assumir o Proad.

- b) Preencher, no Sistema de Gestão de Pessoas, os campos correspondente ao registro do adicional concedido.
- c) Conferir os lançamentos de inclusão.
- d) Certificar nos autos o registro do adicional e
- e) Encaminhar os autos para o DPP, para inclusão do adicional em folha de pagamento de pessoal.

Atividade 11– Incluir adicional em Folha de Pagamento de Pessoal

Objetivo: Incluir o percentual de concessão do adicional em folha de pagamento de Pessoal.

Responsável: DPP.

Entrada: registro no Sistema de Gestão de Pessoas efetivado.

Saída: adicional incluído em folha de pagamento de pessoal.

Tarefas:

- a) Assumir o Proad.
- b) Verificar a data dos efeitos do adicional.
- c) Observar se há retroativos do adicional para creditar.
- d) Preencher, no Sistema de Folha de Pagamento de Pessoal, os campos correspondente à inclusão do adicional concedido.
- e) Conferir os lançamentos de inclusão.
- f) Certificar nos autos a inclusão do adicional e
- g) Encaminhar os autos para a DLP, para monitoramento da concessão.

Atividade 12– Monitorar Proad de Concessão

Objetivo: Verificar, periodicamente, se persiste a condição que ensejou a concessão do Adicional correspondente.

Responsável: DLP.

Entrada: Adicional incluído em folha de pagamento de pessoal.

Saída: PROAD encaminhado para área de pendentes, para monitoramento.

Tarefas:

- a) Monitorar, periodicamente, na área de pendentes da DLP, se persiste a condição que culminou com o direito à percepção do adicional, haja vista que o beneficiário do adicional pode ter sofrido

nova lotação, em local que não assegura a manutenção do adicional concedido; tenha sido transferido para trabalho remoto e/ou híbrido, ou laudo ou informação superveniente indique a ausência de exposição do servidor a agente prejudicial à saúde.

a.1). insalubridade/periculosidade inexistente: elaborar informação para encaminhamento dos autos à Presidência, via AAP, prosseguindo com a atividade 13.

a.2). insalubridade/periculosidade existente: manter o monitoramento na área de pendentes do Setor, salvo deliberação em contrário.

Atividade 13– Informar inexistência de condição insalubre/perigosa

Objetivo: Informar à presidência a cessação da condição que ensejou a percepção do adicional de nocividade.

Responsável: DLP.

Entrada: Monitoramento que apurou a inexistência de condição insalubre/perigosa.

Saída: Informação elaborada.

Tarefas:

a). Elaborar informação, apresentando os pressupostos de fato e de direito, com o escopo de indicar que em razão do monitoramento foi verificado que a parte interessada não se encontra mais exposta, no local de lotação, a condição prejudicial à saúde, devendo, salvo melhor juízo, cessar o pagamento do adicional concedido.

b) Encaminhar a informação para a presidência, via AAP.

Atividade 14– Elaborar Minuta

Objetivo: Elaborar minuta de despacho, a fim de informar a inexistência da condição que ensejou a percepção do adicional deferido na atividade 8, item a.1.

Responsável: AAP.

Entrada: Proad recebido com a informação indicada na atividade 13.

Saída: Minuta elaborada.

Tarefas:

a) Assumir o PROAD encaminhado pela DLP;

b) Elaborar a minuta;

- c) Juntar a minuta elaborada ao PROAD e
- d) Encaminhar a minuta para a Presidência, para deliberação.

Atividade 15– Decidir acerca da exclusão do pagamento do Adicional concedido

Objetivo: Cessar o pagamento do adicional de nocividade

Responsável: Presidência.

Entrada: Minuta elaborada pela AAP.

Saída: decisão emitida.

Tarefas:

- a) Analisar a informação elaborada pela DLP, na atividade 13 e a minuta confeccionada pela AAP, na atividade 14;
- b) Elaborar Despacho determinando a cessação do pagamento do adicional de insalubridade/periculosidade correspondente;
- c) Determinar a remessa dos autos com Despacho decisório à DPP, a fim de excluir, da folha de pagamento de pessoal, da parte interessada, o respectivo pagamento do adicional, dando-lhe, em ato subsequente, a devida ciência.

Atividade 16– Excluir pagamento do Adicional

Objetivo: Encerrar o pagamento do adicional de nocividade, consoante determinado na atividade 15.

Responsável: DPP.

Entrada: Despacho decisório determinando a cessação do pagamento do aludido adicional.

Saída: Certidão informando que excluiu o adicional da folha de pagamento do servidor, conforme determinação estabelecida na atividade 15.

Tarefas:

- a) Assumir o PROAD;
- b) Acessar o sistema de Folha de Pagamento de Pessoal;
- c) Clicar na rubrica correspondente ao respectivo adicional;
- d) Excluir a referida rubrica;
- e) Conferir se a rubrica atinente ao adicional foi corretamente excluída e

f) Encaminhar o feito para a SçAACS.

Atividade 17– Excluir registro do adicional

Objetivo: Excluir, dos assentamentos funcionais do servidor, o registro pertinente à concessão do adicional então deferido.

Responsável: SçAACS.

Entrada: adicional excluído da folha de pagamento de pessoal.

Saída: Registro da cessação do adicional efetivado.

Tarefas:

- a) Assumir o Proad.
- b) Preencher, no Sistema de Gestão de Pessoas, os campos correspondente ao registro da exclusão do adicional concedido.
- c) Conferir os lançamentos de exclusão e
- d) Certificar nos autos o registro da exclusão do adicional.

Atividade 18– Dar ciência

Objetivo: Dar ciência a respeito da cessação do pagamento do adicional então concedido

Responsável: SçAACS

Entrada: Exclusão do pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, da folha de pagamento de pessoal.

Saída: servidor ciente.

Tarefas:

- a) Informar ao interessado, via e-mail, telefone ou qualquer outro meio de comunicação, preferencialmente eletrônico, sobre a cessação do pagamento do adicional e
- b) Após a ciência, certificar no PROAD que o beneficiário foi cientificado e
- c) Proceder para a atividade de arquivamento

Atividade 19– Arquivar no SAF

Objetivo: Arquivar o PROAD.

Responsável: SçAAS.

Entrada: Instrução, Análise e deliberação finalizadas

Saída: PROAD arquivado no SAF.

Tarefas:

- a) Assumir o processo no PROAD;
- b) Conferir se todos os Despachos proferidos no processo foram cumpridos;
- c) Elaborar informação e despacho de arquivamento e
- d) Acessar o sistema SAF:
 - d.1) Preencher os campos solicitados para arquivamento;
 - d.2) conferir se todos os campos correspondentes foram preenchidos;
 - d.3) clicar em arquivar e
- e) Processo Finalizado.

8. FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES

9. INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicador	
Descrição	Medir prazo de conclusão do processo de insalubridade/periculosidade, decorrente de exposição do requerente a agentes prejudiciais à saúde, no ambiente de trabalho, em tempo otimizado, visando a celeridade do processo.
Processo	Concessão de adicional de insalubridade/periculosidade, derivada de exposição a agentes prejudiciais à saúde.
Responsável pela medição	Chefe da Divisão de Legislação de Pessoal.
Local da medição	Divisão de Legislação de Pessoal.
Instrumento de captação	(P1) Dia de recebimento do requerimento (P2) Dia da concessão do benefício
Periodicidade da medição	A cada pagamento do benefício concedido
Fórmula	$P2 - P1 = 120$ dias
Meta	Atingir 100% no intervalo de 120 dias, entre o início do recebimento do requerimento e a efetiva concessão do benefício ao interessado.

10. DESTINAÇÃO DO MOP

SGEP: Secretaria de Gestão de Pessoas;

SçAACS: Setor de Administração de Pessoal e Tempo de Serviço

DLP: Divisão de Legislação de Pessoal

11. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MOP

Provocação de elaboração: Secretaria de Gestão de Pessoas	
Elaboração: Andrea Aparecida Monteiro e Francisco Dilson Chaves Guerreiro.	Data de elaboração: junho de 2019.
Revisão: Dheis Kretli Silva Souza	Data da Revisão: 06/09/2022.
Aprovação: e Frank Luz de Freitas	Data de aprovação: 06/09/2022.
Aprovação: SGE	Data da aprovação:
Data de vigência: a contar da publicação no DeJT e da revisão.	